RELATÓRIO EXECUTIVO DE PESQUISA

TECNOLOGIAS DIGITAIS EMERGENTES EM EMPRESAS SOCIAIS BRASILEIRAS: Percepções, usos, desafios e ampliação do acesso

Dissertação desenvolvida por: Vladimir Pereira de Lemos
Orientação/Supervisão: Dr. Rodrigo Luiz Morais da Silva



Pesquisa desenvolvida junto ao Núcleo de Pesquisa EGITS (Estudos em Gestão da Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade) do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM – UFPR).

Publicado em 01 de Junho de 2026

1. Contextualização e objetivos

As empresas sociais buscam enfrentar problemas socioambientais por meio de modelos organizacionais que combinam missão social e sustentabilidade econômica. Diferentemente de organizações orientadas apenas ao retorno financeiro, essas empresas utilizam mecanismos de mercado para gerar valor social, ampliar o alcance de suas ações e sustentar sua atuação ao longo do tempo.

Apesar da vasta diversidade de áreas em que atuam, como educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento comunitário e segurança alimentar, as empresas sociais ainda enfrentam desafios relacionados à escala, gestão, mensuração de impacto, captação de recursos, transparência e prestação de contas a diferentes públicos. No Brasil, esses desafios são ampliados por desigualdades regionais, restrições de infraestrutura, escassez de recursos e diferentes níveis de maturidade digital.

Nesse contexto, as tecnologias digitais emergentes, como inteligência artificial, *Big Data*, *blockchain* e Internet das Coisas (IoT), têm sido apontadas como alternativas para apoiar processos internos, melhorar a tomada de decisão, ampliar a transparência, qualificar a mensuração de impacto e fortalecer relações com *stakeholders*. No entanto, a literatura ainda apresenta lacunas sobre como essas tecnologias são percebidas, apropriadas e utilizadas por empresas sociais, especialmente em países em desenvolvimento e no contexto brasileiro.

Diante dessa lacuna, esta pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: **como tecnologias digitais emergentes podem contribuir para a atuação de empresas sociais brasileiras?** E o estudo se pautou nos seguintes objetivos:

Objetivo geral: Analisar como tecnologias digitais emergentes (TDE) podem contribuir para a atuação de empresas sociais brasileiras.

- Identificar quais tecnologias digitais emergentes são reconhecidas e utilizadas pelas empresas sociais;
- Examinar as formas de utilização dessas tecnologias em processos de gestão interna e em iniciativas de geração de valor social em empresas sociais;
- Investigar os principais desafios e limitações enfrentados pelas empresas sociais na adoção dessas tecnologias;
- Analisar estratégias para ampliar o uso das tecnologias digitais emergentes pelas empresas sociais brasileiras.

2. Base conceitual

A pesquisa foi orientada por cinco categorias analíticas que foram definidas a partir da literatura e emergente do campo de estudo na análise das entrevistas:

TDE, gestão interna, valor social, desafios e limitações no uso das TDE e formas de ampliação do uso das TDE, conforme Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1 – CONCEITOS PRINCIPAIS

BASES TEÓRICAS / CONSTRUTOS OU CONCEITOS CENTRAIS	DEFINIÇÃO	AUTORES CENTRAIS DE REFERÊNCIA
Tecnologias Digitais Emergentes (TDE)	Avanços tecnológicos com alto grau de novidade, potencial transformador e níveis variados de adoção.	Hossain et al. (2025); Zulkefly et al. (2021); Chen e Wang (2024)
Gestão Interna das Empresas Sociais	Arranjos organizacionais, processos decisórios e práticas de coordenação que permitem articular objetivos sociais e econômicos no interior das empresas sociais, considerando tensões híbridas e demandas de eficiência e impacto.	Battilana e Lee (2014); Barki *et al*. (2020); Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016);
Valor Social gerado pelas Empresas Sociais	Mudanças mensuráveis ou percebidas na criação de valor social e/ou econômico derivadas do uso de TDE, como melhoria de alcance, eficiência, transparência de impacto e apoio à missão social.	Berardi e Valentinetti (2023); Zulkefly *et al.* (2021); Klarin e Suseno (2023);
Desafios e limitações no uso das TDE	Barreiras técnicas, financeiras, regulatórias ou de competências que dificultam a adoção das TDE pelas empresas sociais, incluindo infraestrutura, custos, resistência cultural e incerteza legal.	Hossain et al. (2025); Morais-da-Silva, Takahashi e Segatto (2016); Chen e Wang (2024)
Formas de ampliação das TDE pelas empresas sociais	Condições organizacionais, técnicas e institucionais apontadas como necessárias para ampliar o uso das TDE, como desenvolvimento de competências, financiamento, parcerias, apoio institucional, governança de dados e mudanças organizacionais.	Chen e Wang (2024); Hossain et al. (2025); Zulkefly et al. (2021)

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e exploratória, com estudo de casos múltiplos e consulta a especialistas. Foram realizadas 22 entrevistas semiestruturadas, sendo 12 com profissionais de empresas sociais brasileiras e 10 com especialistas em empresas sociais e/ou tecnologias digitais emergentes. As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio de análise qualitativa de conteúdo, com apoio do ATLAS.ti, comparação entre casos e triangulação entre literatura, profissionais e especialistas.

QUADRO 2 – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

ABORDAGEM	PARTICIPANTES	COLETA	ANÁLISE
Qualitativa e exploratória	22 entrevistados	Entrevistas Semiestruturadas	Análise de conteúdo com ATLAS.ti
Casos múltiplos e especialistas	12 profissionais e 10 especialistas.	Presencial e remoto	Comparação entre casos e triangulação

4. Principais resultados e reflexões

Os resultados indicam que a adoção das TDE pelas empresas sociais brasileiras ocorre de forma gradual, seletiva e condicionada pelas capacidades internas de cada organização.

A Inteligência Artificial foi a TDE mais reconhecida e utilizada pelos participantes, sobretudo em rotinas administrativas, comunicação, produção de conteúdo, análise de informações e apoio à tomada de decisão. *Big Data* mesmo quando usado não é mencionado diretamente, *blockchain* e *IoT* apareceram com menor difusão, sendo associados a usos mais pontuais ou a possibilidades futuras, conforme disponibilidade de recursos, infraestrutura, dados e competências técnicas.

QUADRO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

TDE	RESULTADO OBSERVADO	DISCUSSÃO
IA	Foi a TDE mais conhecida e usada. Aparece em comunicação, marketing, produção de conteúdo, análise de dados, planejamento, rotinas administrativas e apoio financeiro ou jurídico.	A IA tem entrada mais acessível e uso imediato, mas exige critérios de uso, cuidado com dados e capacitação das equipes. O letramento digital é uma necessidade para melhor aproveitamento e manejo da TDE.
Big Data	Foi reconhecido como relevante, mas nem sempre nomeado pelos participantes. Aparece em organizações que já trabalham com bases de dados, monitoramento, indicadores e relatórios.	Seu potencial depende da capacidade de organizar, cruzar e interpretar dados para apoiar decisões e mensuração de impacto. As empresas sociais possuem grande potencial e casos de sucesso usando bases públicas de dados para ações de impacto.

Blockchain	Foi associado à rastreabilidade, segurança, transparência e verificação de informações, mas com baixa adoção prática entre as empresas sociais pesquisadas.	A tecnologia tem potencial para cadeias produtivas, registros e comprovação de uso de recursos, mas ainda é percebida como complexa e cara.
IoT	Foi pouco utilizada pelas empresas sociais. Quando apareceu, esteve ligada a sensores, monitoramento ambiental, uso de smartphones e coleta de dados em campo.	A IoT tem potencial para monitoramento em tempo real, mas enfrenta barreiras de custo, conectividade (em locais com menos infra), manutenção e acesso territorial.

De modo geral, as TDE contribuem primeiro para fortalecer a gestão interna das empresas sociais. Os usos mais frequentes estão ligados à redução de tempo, automação de tarefas, organização de informações, comunicação com públicos externos, apoio ao planejamento e melhoria de processos. A contribuição para o valor social ocorre de forma mais indireta: ao melhorar a gestão, reduzir custos, apoiar decisões e ampliar a capacidade de mensurar ou comunicar resultados, as tecnologias podem favorecer a entrega da missão social.

Os achados também mostram que tecnologia, isoladamente, não garante maior impacto. A adoção depende de letramento digital, qualidade dos dados, infraestrutura, financiamento, governança, parcerias e clareza sobre o problema social que a organização pretende enfrentar. Em empresas sociais menores ou com menor maturidade digital, as TDE tendem a ser usadas de modo pontual. Em organizações mais estruturadas, elas aparecem de forma mais integrada à operação, à mensuração de resultados e à relação com parceiros.

A principal reflexão do estudo é que as tecnologias digitais emergentes devem ser tratadas como meios para qualificar a atuação das empresas sociais, e não como solução automática. Seu valor depende da forma como são incorporadas às rotinas, do alinhamento com a missão social e das condições organizacionais e institucionais disponíveis para sua adoção.

TDE EM EMPRESAS SOCIAIS BRASILEIRAS: PERCEPÇÕES, USOS, DESAFIOS E AMPLIAÇÃO DO ACESSO

1 RECONHECIMENTO E USO INICIAL DAS TDE

IA
Mais reconhecida e mais utilizada. Uso frequente em comunicação, rotinas administrativas, produção de conteúdo e análise de informações.

BIG DATA
Aparece mais como prática do que como termo. Uso ligado a bases de dados, indicadores, relatórios, monitoramento e apoio à decisão.

BLOCKCHAIN
Reconhecido como possibilidade para rastreabilidade, verificação de informações e segurança de transações. Uso prático ainda pontual.

IOT
Pouco adotada como rede de sensores. Aparece mais associada a smartphones, coleta de dados em campo e monitoramento ambiental.

2 RELAÇÃO COM A GESTÃO INTERNA DAS ES

As TDE apoiam:

- Comunicação e marketing
- Rotinas administrativas
- Produção de conteúdo
- Análise e organização de dados
- Planejamento
- Controle e prestação de contas
- Apoio a decisões operacionais

3 RELAÇÃO COM A GERAÇÃO DE VALOR SOCIAL

A contribuição ocorre, sobretudo, por:

- Ganho de eficiência
- Redução de tempo e custo
- Ampliação de alcance
- Melhoria da mensuração
- Transparência de resultados
- Apoio à missão social

4 CONDIÇÕES PARA ADOÇÃO AMPLIADA?

A ampliação depende de:

- Capacitação prática
- Letramento digital
- Infraestrutura
- Financiamento
- Parcerias com universidades, especialistas e intermediários
- Governança de dados
- Apoio institucional

5A QUANDO AS CONDIÇÕES EXISTEM

As TDE tendem a se integrar melhor à gestão, à mensuração de impacto e à relação com parceiros e públicos atendidos.

5B QUANDO AS CONDIÇÕES FALTAM

Persistem barreiras:

- Custos elevados
- Baixa conectividade
- Infraestrutura limitada
- Falta de pessoal capacitado
- Qualidade dos dados
- Segurança e privacidade
- Dificuldade de transformar tecnologia em prática organizacional

SÍNTESE INTERPRETATIVA

As TDE não geram valor social de forma automática.
Elas contribuem quando são incorporadas às rotinas da empresa social, conectadas à missão e acompanhadas de capacidades, dados, infraestrutura e apoio do ecossistema.

EGITS INOVAÇÃO TECNOLOGIA SUSTENTABILIDADE
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PPGADM – MESTRADO E DOUTORADO
UFPR UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

5. Recomendações práticas

Os achados da pesquisa indicam que a adoção de tecnologias digitais emergentes pelas empresas sociais brasileiras não deve começar pela escolha da tecnologia, mas pela identificação de problemas organizacionais que limitam sua capacidade de gerar valor social. Antes de investir em IA, *Big Data*, *blockchain* ou IoT, recomenda-se que as empresas sociais mapeiem quais rotinas consomem mais tempo, onde há perda de informação, quais decisões são tomadas sem dados suficientes e quais resultados sociais ainda não conseguem ser acompanhados. Esse diagnóstico evita que a tecnologia seja adotada por modismo e ajuda a direcionar recursos escassos para usos com retorno prático.

A primeira recomendação é tratar a IA como porta de entrada para aprendizagem digital, e não apenas como ferramenta de produtividade. Os resultados mostram que a IA foi a tecnologia mais reconhecida e utilizada, sobretudo em comunicação, produção de conteúdo, rotinas administrativas, análise de informações e apoio ao planejamento. Por isso, sua adoção pode funcionar como etapa inicial para desenvolver repertório técnico nas equipes. No entanto, esse uso precisa ser acompanhado de critérios simples: quais tarefas podem ser apoiadas por IA, quais dados não devem ser inseridos em ferramentas externas, quem revisa os resultados gerados e como a organização registra aprendizados e limites do uso.

A segunda recomendação é estruturar dados antes de buscar soluções avançadas. O estudo mostra que *Big Data* aparece muitas vezes como prática antes de aparecer como conceito: organizações já coletam registros, indicadores, relatórios, depoimentos, dados de campo e informações de usuários, mas nem sempre possuem rotinas para organizar e interpretar esse material. Assim, uma medida prática é criar um ciclo mínimo de gestão de dados: definir o que coletar, padronizar registros, nomear responsáveis, revisar a qualidade das informações e transformar dados em decisões. Sem essa base, soluções mais sofisticadas tendem a ampliar a desorganização existente.

A terceira recomendação é adotar uma lógica de experimentação gradual. Empresas sociais não precisam iniciar por grandes sistemas ou infraestrutura própria. O caminho mais aderente aos achados é começar com pilotos pequenos, ligados a problemas delimitados, como reduzir tempo de atendimento, apoiar a elaboração de relatórios, organizar evidências de impacto ou melhorar comunicação com parceiros. Cada piloto deve ter objetivo, responsável, prazo curto, critério de avaliação e decisão posterior: manter, ajustar, ampliar ou abandonar. Essa lógica reduz custo, evita dependência tecnológica precoce e permite aprender antes de escalar.

A quarta recomendação é não transferir para a tecnologia a responsabilidade pela missão social. As TDE podem apoiar eficiência, alcance, mensuração e comunicação de resultados, mas o valor social depende da forma como a empresa define o problema, envolve públicos atendidos e usa os dados produzidos. Portanto, toda adoção tecnológica deveria ser acompanhada por uma pergunta de controle: esta tecnologia melhora a vida do público atendido ou apenas melhora a operação interna? Quando a resposta estiver restrita à operação interna, ainda pode haver valor, mas ele deve ser tratado como contribuição indireta à missão social.

A quinta recomendação é criar arranjos compartilhados de apoio tecnológico. Como muitas empresas sociais não têm escala, orçamento ou equipe técnica para desenvolver soluções próprias, universidades, intermediários, aceleradoras, institutos, financiadores e empresas de tecnologia podem atuar na construção de infraestrutura comum. Isso pode incluir laboratórios de experimentação, bancos de ferramentas testadas, modelos de políticas de dados, mentorias técnicas, editais com assistência para implementação e repositórios de casos de uso. O ponto não é apenas financiar tecnologia, mas reduzir o custo de aprendizagem e de erro para organizações menores.

A sexta recomendação é reposicionar o fomento. Editais e incentivos não deveriam financiar apenas aquisição de software, contratação de consultoria ou compra de equipamento. Parte dos recursos precisa ser destinada a diagnóstico, capacitação aplicada, organização de dados, acompanhamento da implementação e avaliação do uso. Sem isso, o financiamento pode gerar adoção pontual, mas não capacidade instalada. A pesquisa sugere que o gargalo não está apenas no acesso à tecnologia, mas na apropriação prática das ferramentas pelas equipes e pelos territórios onde as empresas sociais atuam.

A sétima recomendação é diferenciar tecnologias conforme o tipo de problema. IA tende a ser mais útil para linguagem, análise, comunicação, planejamento e apoio à decisão. *Big Data* exige volume, variedade ou recorrência de dados e só faz sentido quando há capacidade de transformar dados em ação. *Blockchain* deve ser reservado para contextos em que rastreabilidade, verificação e registro distribuído sejam de fato relevantes, como cadeias produtivas, certificações, comprovação de uso de recursos ou transparência transacional. IoT deve ser avaliada com mais cautela, pois depende de conectividade, manutenção, equipamentos, segurança e condições territoriais. Essa distinção evita tratar todas as TDE como soluções equivalentes.

A oitava recomendação é incorporar salvaguardas desde o início. O estudo aponta riscos ligados à privacidade, segurança, vieses, vigilância, baixa qualidade dos dados e uso acrítico das tecnologias. Por isso, mesmo organizações pequenas devem ter regras mínimas: não inserir dados sensíveis em ferramentas sem avaliação, revisar resultados automatizados antes de uso externo, registrar decisões apoiadas por IA informar quando houver uso de tecnologia em processos com usuários e prever formas de contestação ou correção. Governança, nesse caso, não precisa começar como burocracia pesada; pode começar como combinados claros e verificáveis.

A nona recomendação é planejar a tecnologia conforme o território. Em contextos com baixa conectividade, atuação rural, comunidades dispersas ou infraestrutura instável, soluções dependentes de sensores, nuvem permanente ou equipamentos caros podem ser inadequadas. Nesses casos, tecnologias baseadas em smartphone, formulários offline, sincronização posterior, georreferenciamento simples e painéis leves podem gerar mais resultado do que arquiteturas complexas. A recomendação prática é testar a solução nas condições reais de uso, e não apenas em ambiente controlado.

A décima recomendação é fortalecer a prestação de contas como prática de aprendizagem, não apenas como exigência para financiadores. As TDE podem apoiar relatórios, indicadores, evidências e comunicação de resultados, mas isso deve servir

também para melhorar decisões internas. Empresas sociais podem usar dados para aprender quais ações funcionam melhor, quais públicos estão sendo menos atendidos, onde há desperdício de esforço e quais resultados precisam ser reformulados. Assim, a mensuração deixa de ser apenas resposta a parceiros externos e passa a orientar gestão.

Em síntese, a recomendação prática central é que empresas sociais adotem TDE por camadas: primeiro organizar problemas e dados; depois experimentar usos simples; em seguida criar regras de segurança e aprendizagem; por fim, escalar apenas aquilo que demonstrar aderência à missão social, viabilidade operacional e capacidade de gerar ou ampliar valor social. Para o ecossistema, a recomendação é criar condições de apropriação, e não apenas de acesso. Isso significa combinar financiamento, capacitação, infraestrutura, governança, suporte técnico e articulação entre atores.

6. Impacto social e/ou ambiental da pesquisa

A principal contribuição desta pesquisa consiste em ampliar a compreensão sobre como as TDE podem contribuir para a atuação de empresas sociais brasileiras. Ao identificar oportunidades, desafios e condições para adoção dessas tecnologias, o estudo oferece subsídios para que empresas sociais, organizações de apoio, financiadores, universidades e formuladores de políticas públicas tomem decisões mais informadas sobre processos de digitalização voltados à geração de valor social.

Os resultados indicam que as TDE podem fortalecer capacidades organizacionais relacionadas à gestão da informação, comunicação, planejamento, monitoramento de resultados e mensuração de impacto. Dessa forma, a pesquisa contribui para o debate sobre como organizações orientadas por missão social podem utilizar recursos tecnológicos para ampliar sua capacidade de atuação e responder a desafios sociais e ambientais de forma mais estruturada.

Além das contribuições para a gestão das empresas sociais, o estudo também evidencia a importância de temas como inclusão digital, capacitação tecnológica, governança de dados, transparência e acesso equitativo às tecnologias. Os achados reforçam que a ampliação dos benefícios das TDE depende não apenas da disponibilidade das ferramentas, mas também das condições organizacionais e institucionais necessárias para sua utilização.

A pesquisa apresenta contribuições potenciais para diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao evidenciar como tecnologias digitais emergentes podem apoiar a atuação de empresas sociais brasileiras. Os resultados dialogam especialmente com o ODS 4 (Educação de Qualidade), por meio de aplicações voltadas à alfabetização, produção de conteúdos e ampliação do acesso a iniciativas educacionais; com o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ao discutir a adoção e difusão de tecnologias digitais emergentes; com o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao abordar desafios relacionados ao acesso, capacitação e inclusão digital; com o ODS 15 (Vida Terrestre), a partir de experiências ligadas ao monitoramento ambiental e reflorestamento; com o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao destacar temas como transparência, governança e uso responsável de dados; e com o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), ao evidenciar a importância da colaboração entre empresas sociais, universidades,

financiadores, intermediários e poder público. Dessa forma, a pesquisa contribui para a produção de evidências e recomendações que podem apoiar o fortalecimento de ecossistemas voltados à utilização das tecnologias digitais em iniciativas de geração de valor social e ambiental.

7. Acesso à pesquisa completa

Links: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/107037
https://hdl.handle.net/1884/107037

8. Referências

BARKI, Edgard; RODRIGUES, Juliana; COMINI, Graziella Maria. Negócios de Impacto: Um Conceito em Construção. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, [*s. l.*], v. 9, n. 4, p. 477–501, 2020. Disponível em: https://regepe.org.br/regepe/article/view/1980. Acesso em: 15 julho 2025.

LAURENCE, Bardin. Análise de Conteúdo. [S. l.]: Edições 70, 2015. (1). v. 1

BATTILANA, Julie; LEE, Matthew. Advancing Research on Hybrid Organizing – Insights from the Study of Social Enterprises. **Academy of Management Annals**, [*s. l.*], v. 8, n. 1, p. 397–441, 2014. Disponível em: http://journals.aom.org/doi/10.5465/19416520.2014.893615. Acesso em: 3 abril 2025.

BERARDI, L; VALENTINETTI, D. Digitalization of Social Impact for Social Economy Organizations. **CANADIAN JOURNAL OF NONPROFIT AND SOCIAL ECONOMY RESEARCH**, [*s. l.*], v. 13, n. 2, p. 114–120, 2022.

CHEN, Jie; WANG, Zhongmin. How Do Artificial Intelligence (AI) and Big Data (BD) Technologies Help Social Impact Enterprises Build Legitimacy?: A Multiple-Case Study. **Journal of Global Information Management**, [*s. l.*], v. 32, n. 1, p. 1–21, 2024. Disponível em: https://services.igi-global.com/resolvedoi/resolve.aspx?doi=10.4018/JGIM.361905. Acesso em: 8 maio 2025.

COMINI, Graziella Maria; FISCHER, Rosa Maria; D'AMARIO, Edison Quirino. Social business and social innovation: the Brazilian experience. **Innovation & Management Review**, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 140–155, 2022. Disponível em: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/INMR-06-2020-0081/full/html. Acesso em: 10 julho 2025.

HOSSAIN, Mokter *et al.* Emerging technologies in sharing economy: a review and research agenda. **Technological Forecasting and Social Change**, [*s. l.*], v. 218, p. 124218, 2025. Disponível em: https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0040162525002495. Acesso em: 12 junho 2025.

KLARIN, Anton; SUSENO, Yuliani. An Integrative Literature Review of Social Entrepreneurship Research: Mapping the Literature and Future Research Directions. **Business & Society**, [*s. l.*], v. 62, n. 3, p. 565–611, 2023. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00076503221101611. Acesso em: 28 abril 2025.

MORAIS-DA-SILVA, Rodrigo Luiz; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch; SEGATTO, Andrea Paula. Scaling up social innovation: a meta-synthesis. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, [*s. l.*], v. 17, n. 6, p. 134–163, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712016000600134&lng=en&tlng=en. Acesso em: 19 junho 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

QIAN-KHOO, Joanne *et al.* Developing digital impact measurement tools with social enterprises: a situated learning perspective. **Social Enterprise Journal**, [*s. l.*], 2025. Disponível em: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SEJ-03-2024-0055/full/html. Acesso em: 28 abril 2025.

SANSONE, G *et al.* Blockchain for social good and stakeholder engagement: Evidence from a case study. **CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND ENVIRONMENTAL MANAGEMENT**, [*s. l.*], v. 30, n. 5, p. 2182–2193, 2023.

ZULKEFLY, NA *et al.* Harness the Global Impact of Big Data in Nurturing Social Entrepreneurship: A Systematic Literature Review. **JOURNAL OF GLOBAL INFORMATION MANAGEMENT**, [*s. l.*], v. 29, n. 6, 2021.